

DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

Rafaela Cyrino¹

O livro de Angela Davis “Mulheres, raça e classe” nos fornece um rico material de análise e reflexão, fundamental para a construção de um projeto político comprometido com uma transformação revolucionária que nos conduza a uma sociedade livre de qualquer tipo de opressão. O entrelaçamento realizado pela autora entre os componentes econômico, político e ideológico do modo de produção escravista e capitalista, nos permite enxergar como as diversas opressões se combinam e se entrecruzam na sustentação de projetos de dominação de classe. Além disto, Davis discute, a partir de realidades históricas concretas, como estas opressões criam, de maneira recorrente, ideologias de suporte, práticas de exploração e estratégias políticas de coerção, dominação e controle dos grupos dominados, as quais interferem, de maneiras contraditórias, na história dos diversos movimentos de luta e resistência, como o movimento abolicionista, o movimento antiescravagista, o movimento sufragista, o movimento de mulheres, o movimento associacionista, a luta pelos direitos reprodutivos, entre outros.

Angela Davis inicia o seu rico percurso histórico resgatando as bases do sistema escravagista, em que os negros, tratados como coisas, eram vistos apenas como unidades de trabalho lucrativo e não como seres humanos (p. 17). No sistema escravagista o povo negro, definido como propriedade, foi submetido a formas violentas de coerção, domínio e controle, em um sistema caracterizado por uma desumanização cotidiana materializada em atos cotidianos de tortura, estupro, espancamento, chicotada, entre outros. Apesar

¹ Professora adjunta do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

da crueldade e da insanidade do sistema escravista e do intenso processo de dominação do povo negro, minimizada, segundo Angela Davis, pela literatura da escravidão, a autora pontua as estratégias de resistência e de luta do povo negro, consubstanciadas em revoltas, fugas e sabotagens, resgatando personagens importantes na história de resistência do povo negro, como a abolicionista Sojourner Truth.

A autora discute, de maneira magistral, de que maneira, com a abolição da escravatura e a ascensão do chamado “trabalho livre”, ocorre uma reconfiguração das diversas opressões (de classe, sexo e raça). Este processo, abordado por Heleieth Saffioti em *A mulher na sociedade de classes*, significa a seleção de caracteres sexuais, raciais e de classe para operarem como marcas sociais que permitem hierarquizar os membros da sociedade de acordo com “as necessidades e conveniências do sistema produtivo de bens e serviços (SAFFIOTI, 2013. p. 60). Angela Davis, ao abordar a reconfiguração que visa legitimar e consolidar a dominação de classe capitalista, discorre sobre as diferentes tarefas, trabalhos e ideologias que são destinadas aos diversos grupos oprimidos. Assim, enquanto foram destinados às mulheres negras, em um primeiro momento, no período pós-abolição, o trabalho na agricultura e no serviço doméstico, sujeito a condições de exploração extremas e perpetuador de práticas de violência (como o abuso sexual por parte dos patrões), para as mulheres brancas pobres foi destinado o extenuante trabalho na fábricas, enquanto para as mulheres burguesas de classe média foi destinado a tarefa de cumprirem com dedicação a “nobre missão” de “ser mãe e dona de casa”, missão esta sustentada pela ideologia da maternidade, com forte viés racial e de classe.

Davis, ao historicizar a ascensão do culto à maternidade e à feminilidade no século XIX, como um subproduto da industrialização, discute como este culto legitimou a clivagem provocada pelo capitalismo industrial entre economia doméstica e economia pública, ao enfatizar o papel das mulheres como mães, protetoras e donas de casa, circunscritas a um espaço doméstico, definido doravante como não produtivo. Entretanto, Davis, além de discutir, do ponto de vista capitalista, a funcionalidade desta ideologia, ressalva o seu viés racista e classista, pois a ideia de mulher veiculada pelo mito da feminilidade não incluía nem as escravas do regime escravagista, que, “aos olhos de seus proprietários,

não eram realmente mães” (p. 19), mas apenas reprodutoras e nem as trabalhadoras superexploradas nas fábricas, que não se adequavam bem ao modelo burguês de “dona de casa”.

Ao mostrar como as ideologias são marcadas pelas hierarquias e clivagens que constituem a sociedade de classes, Davis discute como as opressões anteriores são ressignificadas de maneira a legitimar a dominação de classe tipicamente capitalista. Entretanto, e este me parece ser um ponto fundamental do seu livro, o estabelecimento dos nexos causais entre capitalismo, sexismo e racismo traz à tona uma história não linear, repleta de contradições, entre diversos movimentos e lutas de resistência das mulheres, dos negros e da classe trabalhadora.

Nesta história, a autora destaca, para cada período analisado, a configuração econômica, política e ideológica, em que sobressaem interesses e prioridades diversas, revelando como, em uma sociedade hierarquizada, aquilo que é definido como uma demanda política das “mulheres” pode se configurar de maneira a defender interesses particulares, de uma determinada classe ou grupo social. Davis observa que, no interior do movimento das mulheres, em seus primeiros anos, constituído principalmente por mulheres brancas e de classe média, pouco se discutia as condições sociais da população branca trabalhadora, as quais constituíam a maioria do proletariado. Entretanto, mesmo que as líderes do movimento das mulheres lutassem prioritariamente pela concessão do voto às mulheres, enquanto a massa das trabalhadoras estivesse mais preocupada com os seus problemas imediatos (salários, jornadas, condições de trabalho), houve, mesmo com um viés de classe, um maior envolvimento do movimento de mulheres nas lutas operárias das mulheres no período pós-guerra.

Por intermédio de uma análise histórica consistente, Davis, ao mesmo tempo em que aborda o “profundo vínculo ideológico, entre racismo, viés de classe e supremacia masculina” (p. 81), discute o racismo presente no movimento sufragista feminino. A autora mostra, a partir de relatos históricos, como a disputa política pelo direito ao voto para as mulheres, motor do movimento sufragista, significou, em determinados contextos, como no período pós-Guerra Civil, uma estratégia de exclusão das demandas das mulheres negras por este mesmo direito, sob o argumento da conveniência (de que a defesa do

voto das mulheres negras poderia dificultar a conquista do voto feminino). O argumento da conveniência evocado assinala uma mudança na correlação de forças no interior mesmo do movimento de mulheres, o qual se afasta da causa antiescravista que havia anteriormente abraçado com entusiasmo. Davis não omite desta história como a NAWSA (Associação Nacional pelo Sufrágio das Mulheres Americanas), caracterizada por Shulamith Firestone (1976) como altamente conservadora, além de reproduzir a ideologia da maternidade, adota o argumento da supremacia racial para negar o direito de voto às mulheres negras. (p. 130). Como observa Davis, neste caso específico, nenhum tipo de sororidade entre as mulheres brancas e negras foi possível. Que a evocação desta história nos sirva de lição contra o divisionismo e como fomento para o desenvolvimento de uma consciência política ampliada que busque combater os diversos sistemas de opressão que configuram esta sociedade.

Como a história evocada por Angela Davis não é uma história linear e única, mas repleta de contradições, a autora e militante nos dá diversos exemplos de alianças solidárias e sinceras entre mulheres brancas, negras, trabalhadoras e burguesas, as quais estiveram, em muitos contextos, fortemente unidas em defesa, por exemplo, do direito à educação para a população negra. Davis evoca como um exemplo marcante de sororidade que as mulheres brancas tinham em relação às mulheres negras, o engajamento político de mulheres como Myrtilla Miner e Prudence Crandall, as quais “sacrificaram a própria vida ao tentar transmitir conhecimentos às jovens negras” (p. 110). Como nos lembra a autora, “A união e a solidariedade entre (as mulheres negras e brancas) ratificaram a eternizaram uma das promessas mais férteis da nossa história.” (p. 116), indicando que a “sororidade entre as mulheres brancas e negras era de fato possível e, “desde que erguida sob uma base firme poderia levar ao nascimento de realizações transformadoras” (p. 112).

Ao recuperar a trágica história de segregação racial nos Estados Unidos, Davis demonstra como os movimentos antiestupro e antilinchamento de negros foram enfraquecidos por ideologias racistas, como o mito que representa o homem negro como estuprador e a mulher negra como promíscua. Tais mitos, ao operarem imprimindo as marcas de animalidade e bestialidade na população negra, tanto incitaram agressões racistas quanto foram úteis à superexploração da população negra pelo sistema capitalista. Se é verdade, afirma Davis, que, no

movimento feminista houve quem se deixou cair na armadilha destas ideologias racistas, entre elas a feminista radical Shulamith Firestone, a autora não deixa de apontar o papel de “corajosas mulheres brancas que sofreram oposição, hostilidade e até ameaças de morte (p. 197) pela cruzada que empenharam contra os linchamentos da população negra.

Prosseguindo com o seu compromisso de mostrar as contradições históricas e as diversas maneiras de se relacionar com as clivagens constitutivas do sistema, Angela Davis denuncia a prática eugenista e racista que impôs a parcelas importantes da população negra e pobre norte-americana (sobretudo as mulheres porto-riquenhas, negras, de origem mexicana e indígena) uma esterilização compulsória. Davis procura compreender, a partir desta realidade histórica, uma clivagem importante que ocorreu na luta das mulheres pelos direitos reprodutivos. A autora observa, novamente, como o viés de classe e o racismo se infiltraram no movimento pelo controle de natalidade desde a sua infância, distanciando as feministas que lutavam pela “maternidade voluntária”, vista como um caminho para o acesso a uma carreira profissional, e a classe trabalhadora e pobre, engajada na luta pela sobrevivência econômica e submetida ao “dever” de restringir o tamanho de sua família.

Angela Davis, militante negra, feminista e marxista, através de uma análise teórica crítica e consistente das múltiplas contradições que se expressam nas sociedades de classes, indica que uma política feminista verdadeiramente radical deve lutar contra todas as opressões, estabelecendo os nexos causais entre capitalismo, sexismo e racismo e combatendo toda forma de divisonismo que a desvie do seu caráter revolucionário.

Referências bibliográficas

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SHULAMITH, Firestone. *A dialética do sexo*. São Paulo: Labor do Brasil, 1976.